

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

Péricles Brustolini

A DINÂMICA DA MUDANÇA SOCIOCULTURAL NO BRASIL

Para melhor explicitar o processo da dinâmica sociocultural no Brasil, Fernandes (1972) divide o assunto em três grandes tópicos: 1 – vigência e eficácia da civilização ocidental; 2 – o elemento político na mudança sociocultural espontânea; e 3 – os requisitos dinâmicos da integração nacional.

Sobre a vigência e eficácia da civilização ocidental o autor relata:

Os países do Novo Mundo herdam da Europa, simultaneamente: 1) um conjunto de técnicas, instituições e valores sociais que caracterizam, material e moralmente, o estilo de vida humana na chamada “civilização ocidental moderna”; 2) um conjunto de tendências para explorar e desenvolver as potencialidades dessa mesma civilização nas relações dos homens com as forças da natureza, da sociedade e da cultura (p. 94).

O que se verificou na prática, contudo, foram duas formas básicas relativas aos fenômenos sociais. A primeira, em que “a ordem social correspondia ao padrão de civilização vigente, mas de modo incompleto e, não raro, deformado e aberrante,” na qual o homem aceitava tais condições, “o padrão de civilização transplantado ficava, naturalmente, condenado à estagnação, ou a substituição.” A segunda forma relata exemplos “onde o homem se opunha a tal degradação e procurava corrigi-la, ou pelo menos detê-la,” e que com o tempo era capaz de promover o “desenvolvimento equilibrado autônomo” – caso do ocorrido nos EUA (Fernandes, 1972).

Quanto ao elemento político na mudança sociocultural o autor afirma o seguinte:

... o Brasil já atingiu um nível de diferenciação social que converte os seus problemas de mudança em problemas fundamentalmente políticos. Eles são problemas políticos em três sentidos distintos: a) por dependerem ou resultarem de mecanismos de ação grupal que traduzem as posições dos grupos na estrutura de poder da sociedade nacional; b) por exprimirem a natureza e o grau de poder alcançado por determinados grupos tanto na universalização de seus interesses, ideologias e valores sociais quanto no controle dos processos que afetam socialmente, de modo direto ou indireto, a manifestação daqueles interesses, ideologias e valores sociais; c) por indicarem em que sentido e dentro de que limites a organização da sociedade absorve, protege e expande, institucionalmente, as condições que são essenciais para o seu equilíbrio interno” (p. 101-102).

Nesse sentido o país registra ainda a presença do “elemento tradicionalista” que anula as influências inovadoras e tende a reduzir seu impacto positivo sobre o desenvolvimento da ordem social competitiva.

No Brasil as elites tradicionais “repeliram na prática a igualdade jurídica-política e se apegaram tenazmente às formas tradicionais de mandonismo”, mantendo, com isso, seu poder dominante na estrutura de poder da sociedade nacional (1972).

Sabe-se que os imigrantes estabelecidos no Brasil tinham por objetivo fazer fortuna e voltar a sua terra natal, mas, quando viram que o “retorno” era uma utopia, trataram de dar continuidade ao processo “mandonista” nas pequenas cidades da expansão capitalista. Nesse sentido, o autor relata “que influências tradicionalistas poderosas tiveram ampla continuidade na organização das relações humanas através da revolução burguesa” (1972).

Todo este cenário serve para compreender e explicar a sobrevivência das relações conservantistas no sentido de obstruir o desenvolvimento de novas formas nas relações sociais.

São também as pressões conservantistas que barram o processo inovativo/modernizador. Estes últimos tendem a ser repelidos ou, quando muito, são aceitos “num contexto de extrema irracionalidade,” o que deforma completamente suas características inovativas/produativas.

Por fim, os requisitos dinâmicos da integração nacional. Sob o ponto de vista da Sociologia, integração nacional representa, “acima de tudo, que uma sociedade é capaz de realizar, como e enquanto nação, o padrão de equilíbrio dinâmico inerente a dada ordem social” (1972).

Prossegue o autor dizendo que o Brasil já teve em dois momentos a integração nacional. O primeiro iniciado com a Proclamação da Independência e implantação do Estado Nacional até a Abolição da Escravatura. Esse período perdurou praticamente durante todo o século XIX. O segundo momento inicia-se com a Proclamação da República (fim do século XIX), até os dias de hoje (1972).

Segundo Fernandes (1972), a integração nacional implica duas variáveis distintas, porém interdependentes. Num primeiro momento ela estimula e orienta a mobilização social dos fatores psicossociais, socioeconômicos ou socioculturais necessários para promover e dar sus-

tentação ao desenvolvimento integrado da ordem social competitiva. Num segundo instante “a integração nacional coordena a expansão e a universalização da ordem social competitiva” (1972).

O autor encerra o capítulo dizendo que “o Brasil precisa atingir um mínimo de integração interna visando assegurar certo embasamento para projetar-se como sociedade nacional autônoma, e que o país caminha agindo contra os fenômenos que emperram a mudança, e que vêm absorvendo – de forma significativa – padrões de organização social coerentes com uma sociedade aberta” (1972).

CRESCIMENTO ECONÔMICO E INSTABILIDADE POLÍTICA NO BRASIL

Intensidade e limitações do crescimento econômico

Do ponto de vista da Sociologia, a expressão quantitativa da riqueza adquire importância quanto à integração econômica da civilização. Nesse sentido o autor destaca dois grandes pontos a serem considerados. O primeiro trata das externalidades (positivas e negativas) à nação devido à incorporação da grande lavoura ao capitalismo comercial. Nesse item Fernandes (1972) destaca os principais efeitos na sociedade brasileira: rígida especialização econômica; associação do latifúndio ao trabalho escravo ou ao trabalho livre com remuneração ínfima; extrema concentração da renda; mercado interno restrito a alguns poucos produtos de subsistência; controle exterior do fluxo das atividades econômicas e da riqueza.

Mais recentemente três acontecimentos provocaram um certo avanço nas relações socioeconômicas brasileiras. A Independência, que deu origem a um Estado Nacional, e promoveu um certo crescimento econômico, mediante a intensificação do comércio interno dos produtos de subsistência. Nesse momento surgem também as especializações regionais.

O trabalho livre pressionou formas preexistentes de redistribuição da renda, além da ampliação e diversificação do mercado interno. A produção cafeeira, por sua vez, “forçou a internalização” de diversas atividades antes desenvolvidas no exterior, como os mecanismos de financiamento.

O segundo ponto trata dos “fatores e efeitos da neutralização e descontinuidade das funções construtivas da revolução burguesa no plano econômico.” Nesse sentido três grandes acontecimentos contribuíram de forma decisiva para o êxito da Revolução Burguesa: os cafeicultores, que auferiam grandes lucros, passaram a investir em diversos setores da economia interna; os imigrantes, que ocuparam os espaços deixados pelos primeiros – servindo inclusive como mão-de-obra, e o capital financeiro internacional, que se internalizou vislumbrando o alargamento das oportunidades internas. Contudo o impulso econômico provocado pela Revolução Burguesa não construiu uma base sólida, porque continuou a depender exclusivamente da grande empresa agropecuária para captação de recursos econômicos externos e acumulação de riquezas. Além disso, o “complexo econômico colonial” continua como forte elemento concentrador de renda e gerador de pobreza no meio rural. Este também impede a diversificação de outras atividades produtivas, barrando o desenvolvimento das regiões e do país como um todo.

Por fim, a dependência socioeconômica do exterior deixou a economia nacional vulnerável ao mercado internacional – com destaque para as perdas nas relações comerciais de troca e das perdas na esfera dos centros de decisão econômica.

Ao discorrer sobre a segunda fase da Revolução Burguesa iniciada em meados de 1929 (grande crise econômica mundial) e acelerada pelas duas grandes guerras, o autor destaca o êxito na correção substancial dos desequilíbrios supracitados.

Nessa fase ocorreram dois eventos de magnitude. Primeiro, o advento do que se poderia chamar de a “segunda revolução industrial” propriamente dito. Por meio de empreendimentos estatais, do capital estrangeiro e da iniciativa nacional, supera-se a fase da produção de bens de produção, ou seja, penetra-se verdadeiramente na era da civilização industrial e da economia de escala na produção industrial (Fernandes, 1972, p. 127-128).

O segundo grande evento refere-se à integração da economia nacional via interligações entre os sistemas de transportes e comunicações, possibilitando a circulação, “através do mercado interno” de riquezas, produtos primários e industriais. Este segundo impulso, no entanto, também deixou lacunas significativas na economia nacional. O país continua dependendo significativamente da “grande empresa agropecuária”, fato que poderia ser corrigido via “revolução agrícola.” Outra grande lacuna refere-se ao processo substitutivo de importações. Este se deu por condições externas, e não pelo dinamismo industrial interno. Além destes, o ciclo substitutivo de importações deu-se com recursos da iniciativa privada interna e estrangeira. Dessa forma estes investiram em indústrias que possibilitaram maiores retornos e não nas indústrias consideradas vitais que de fato poderiam corrigir as distorções econômicas estruturais seculares. Estas mesmas indústrias contribuíram para elevar as disparidades socioeconômicas regionais, uma vez que instalaram suas plantas em algumas poucas regiões do território nacional (Fernandes, 1972).

SIGNIFICADO E FUNÇÕES DA INSTABILIDADE POLÍTICA

Ao discorrer sobre a instabilidade política Fernandes (1972) diz que não é o crescimento econômico que provoca a instabilidade, mas a forma de apropriação deste. Nesse sentido, o autor discorre sobre a ne-

cessidade de “certos mínimos sociais na democratização da renda” e explica que as classes sociais prejudicadas têm sempre o desejo de conquistar posições na ordem social competitiva.

Os que se beneficiam, contudo, da desigualdade na distribuição da riqueza, são os que têm poder de influenciar as instituições políticas, jurídicas e o próprio regime democrático no sentido de obterem cada vez mais benefícios – sempre à custa (prejuízo) dos trabalhadores, operários, negros, entre outros. Por fim este último grupo social, no anseio de promover uma menor desigualdade, tende a desacreditar no regime democrático e procurar outras formas de governo, gerando a instabilidade política.

...a inexistência de canais políticos de absorção de divergências, tensões e conflitos sociais e a ausência de formas propriamente democráticas de institucionalização do poder, que pudessem incluir todas as classes da sociedade nacional em ocorrências de interesse comum, é que respondem e explicam substancialmente o caráter inevitável e secular da instabilidade política (1972, p. 136).

Visto sob outra ótica, o autor afirma que “a diferença de polarizações em face dos interesses representados pelo crescimento econômico aumentou até o clímax a instabilidade política.” Dessa forma verifica-se – no caso brasileiro – que o cenário socioeconômico e do crescimento da economia é comandado por classes e seus interesses e que quem logra maior êxito são as classes que ocupam posições estratégicas nas estruturas de poder. O mesmo crescimento econômico, porém, que contribui de forma imediata para agravar e acelerar a instabilidade política, também provoca mudanças de atitudes e comportamentos mais racionais nas mudanças sociais. Isto posto, o autor afirma que a superação de impasse existente é uma questão de tempo (1972).

Ao fazer referência “às funções construtivas da instabilidade política,” Fernandes 1972 diz que, no caso brasileiro, esta só será superada via “eliminação dos entraves socioculturais que sufocam, constroem ou de-

formam o crescimento econômico.” Quanto aos aspectos positivos da instabilidade política, o autor destaca que esta deverá construir certa “filosofia política nacional”, capaz de integrar econômica, social e culturalmente as diversas classes da sociedade. Outro item positivo diz respeito às tensões e conflitos que são, em si mesmos, educativos e construtivos.

O DESENVOLVIMENTO COMO PROBLEMA NACIONAL

Para a Sociologia o termo “desenvolvimento” pode ser entendido sob duas formas. A primeira refere-se à análise estrutural-funcional, em que desenvolvimento equivale a diferenciação das formas da integração da ordem social ou da multiplicação das formas de interação numa determinada sociedade. Na segunda o conceito de desenvolvimento é descrito pela “análise histórico-sociológica.” Nesse item, “desenvolvimento significa o modo pelo qual os homens transformam socialmente a organização da sociedade,” ou ainda, “como a forma histórica pela qual os homens lutam, socialmente, pelo destino do mundo em que vivem, com os ideais correspondentes de organização da vida humana e de domínio ativo crescente sobre os fatores de desequilíbrio da sociedade de classes” (1972).

Países como o Brasil – que são marginalizados e importadores de formas organizativas socioeconômicas e políticas da “civilização ocidental moderna” – encontram sérias dificuldades para engendrar culturas nacionais integradas, dotadas de relativa autonomia de crescimento interno e de certa auto-suficiência na reprodução dos dinamismos socioculturais em que repousa o padrão de equilíbrio de sua civilização. Além disso, os países marginais ficam dependentes do processo civilizatório dos países centrais, o que provoca incompatibilidade de interesses e os primeiros são, de certa forma, coagidos a adotar políticas socioeconômicas prejudiciais a si próprios, mas beneficiam significativamente os formuladores dos processos.

OS CICLOS REVOLUCIONÁRIOS DA EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A evolução da sociedade brasileira é marcada por dois grandes ciclos. O primeiro durou aproximadamente oito décadas (de 1808 a 1888), tendo início com a transferência da Corte Portuguesa e término com a Abolição da Escravatura. Teoricamente neste ciclo extinguiu-se o pacto colonial e ascendeu um Estado Nacional independente. Na verdade o que se verificou foi o fim do controle do país pela Metrópole e pela Coroa por um sistema mais sutil, porém implacável de controle, baseado em mecanismos puramente econômicos e estabelecendo nexos de relações comerciais de importação e exportação. Além disso, nessa época, o país passou por um “processo intenso de internalização” e absorção de instituições econômicas inexistentes até então e que estabeleceram ramificações por todo o território nacional visando manipular o país de acordo com os interesses dos países centrais (1972).

O segundo ciclo perdurou por aproximadamente sete décadas – de 1890 a meados de 1960. Esse ciclo tem início com o arranjo de forças econômicas sociais e políticas, além da expansão interna do capitalismo comercial e financeiro. Além destes, a associação entre a produção agrária exportadora e os negócios de importação e exportação aliados à expansão do mercado interno, a qual, marca de fato, a primeira grande transformação da economia brasileira. Em outras palavras, “a integração do capitalismo comercial e financeiro como um processo histórico, lastreado na organização da sociedade brasileira” (1972).

Este ciclo, porém, continuou com o processo de dependência externa via montagem de mecanismos comerciais e bancários controlados a partir de fora. Nesse sentido, o autor escreve:

Ao mesmo tempo em que o capitalismo alcança sua maior complexidade e maturidade, como capitalismo industrial, exprimindo uma economia de mercado especificamente moderna e afirmando-se como algo irreversível nas atividades humanas ou nas aspirações sociais, também revela, ao máximo, que o crescimento econômico de uma economia nacional dependente completa-se dentro de um círculo vicioso (1972, p. 159).

Dessa forma o autor explica que a “revolução burguesa” e o capitalismo só conduzem a uma verdadeira independência socioeconômica quando existe uma vontade nacional que se afirme coletivamente por meios políticos e tenha por objetivo supremo a construção de uma sociedade nacional autônoma (1972).

O DESENVOLVIMENTO COMO PROBLEMA NACIONAL

Ao discorrer sobre o desenvolvimento brasileiro Fernandes (1972) diz que o país vem apresentando crescimento econômico significativo, o problema apresenta-se devido à não integração do Brasil como uma sociedade nacional. Nesse sentido, o ponto de estrangulamento é o modo de participação da sociedade como um todo nas suas diversas classes e origens. Outro item que tende a impedir o processo desenvolvimentista são os estamentos e grupos sociais privilegiados.

Prossegue o autor afirmando que para que haja uma mudança de fato fazem-se necessárias alterações internas e externas. O processo de mudança, contudo, deve originar-se internamente – via modificação das estruturas socioeconômicas e políticas. Nesse sentido, o desenvolvimento constitui-se em um problema “macrossociológico” que ultrapassa os limites econômicos, sociais, culturais e políticos.

No momento em que o desenvolvimento passa a ser encarado como um “problema nacional, o diagnóstico e a atuação prática implicam um querer coletivo polarizado nacionalmente” (1972).

Portanto, “a democratização da renda, do prestígio social e do poder aparece como uma necessidade nacional,” a qual fornecerá as bases para um querer coletivo rumo ao processo desenvolvimentista (1972).

